



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE
PERNAMBUCO UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA
TALHADA
CURSO DE ENGENHARIA DE PESCA

TACILA KAYLA PEREIRA DA COSTA

**Assistência Técnica e Extensão Pesqueira no estado de
Pernambuco: Estratégias, Ações e Perspectivas para a pesca
artesanal.**

SERRA TALHADA

2019

TACILA KAYLA PEREIRA DA COSTA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO PESQUEIRA NO
ESTADO DE PERNAMBUCO: ESTRATÉGIAS, AÇÕES E
PERSPECTIVAS PARA A PESCA ARTESANAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, como parte das exigências para obtenção do grau de Bacharel em Engenharia de Pesca.

Orientador: Prof. Dr. Dario Rocha Falcon

SERRA TALHADA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca da UAST, Serra Talhada - PE, Brasil.

C838a Costa, Tacila Kayla Pereira da
Assistência técnica e extensão pesqueira no estado de Pernambuco: estratégias, ações e perspectivas para a pesca artesanal / Tacila Kayla Pereira da Costa. – Serra Talhada, 2018.

40 f.: il.

Orientador: Dario Rocha Fálcon

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Unidade Acadêmica de Serra Talhada, 2018.

Inclui referência e anexo.

1. Pesca – Assistência técnica. 2. Pescadores. 3. Pescadoras. I. Fálcon, Dario Rocha, orient. II. Título.

CDD 639

TACILA KAYLA PEREIRA DA COSTA

Assistência Técnica e Extensão Pesqueira no estado de Pernambuco:
Estratégias, Ações e Perspectivas para a pesca artesanal

Trabalho de conclusão de curso submetido à coordenação do curso
de Engenharia de Pesca, da Universidade Federal Rural de
Pernambuco, como requisito para obtenção do grau em Engenharia
de Pesca.

Aprovada / /

Banca Examinadora

Prof. Dr. Dario Rocha Falcon
Membro Titular/ Orientador- UFRPE/UAST

Dra. Shana Sampaio Sieber (1º examinador)

Pedro João de Souza (2º examinador)

Prof. MSc. Elton José de França
Membro Titular - UFRPE/UAST

DEDICATÓRIA

À minha mãe Valdenice Pereira da Costa e ao meu pai José Ivandel Leite da Costa pela paciência, compreensão, incentivo e acima de tudo, respeito com as minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

A Jah (universo) por sempre me conduzir pelos caminhos do bem mostrando as dificuldades e como vencê-las.

À minha mãe Valdenice Pereira da Costa, por ser meu alicerce e exemplo de vida.

Ao meu pai José Ivandel Leite da Costa, por sempre ter me apoiado nos momentos mais difíceis.

Meu orientador Dario Rocha Falcon por todas as grandes coisas que pude desfrutar durante a graduação, mostrando os caminhos da igualdade e da honestidade sem hipocrisia. Por ter me apresentado à extensão pesqueira de forma prática, vivenciando em campo junto aos pescadores e pescadoras artesanais suas reais necessidades, suas lutas diárias e suas conquistas.

À Shana Sampaio Sieber por ter me abraçado e me ajudado a finalizar esse trabalho. À minha parceira Barbara Ferreira Fragoso Calheiros por todos os bons momentos. Aos meus amigos que fizeram parte da minha formação.

Ao Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em especial o Agente Pedro do Sertão, por sempre ter me convidado a participar das atividades, pela confiança na minha pessoa e por todas as oportunidades que pude vivenciar junto dos pescadores e pescadoras.

Ao Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e aos seus responsáveis técnicos.

E por fim, a todos os pescadores e pescadoras artesanais que conheci durante toda a minha graduação, sou imensamente grata a todos e todas por todos os ensinamentos, por me fazerem enxergar uma extensão verdadeira, justa e correta. Sem esse apoio muita das minhas escolhas teriam tomado outro rumo, porém graças a vocês continuo seguindo buscando uma forma simples e correta para seguir nesta caminhada. Obrigada a vocês por tudo!

RESUMO

A pesca artesanal manifesta-se pela diversidade e complexidade de sujeitos, ambientes, embarcações, técnicas, artes de pesca e modo de vida das comunidades. Os serviços de assistência técnica voltados à pesca artesanal foram construídos baseados em uma extensão pesqueira que foi/é semelhante à extensão rural do Brasil, conduzida por intervenções metodológicas traçadas por políticas públicas descontínuas. O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal no sertão do Estado de Pernambuco. Foram realizadas oito entrevistas com o auxílio de um roteiro semiestruturado e questões abertas com gestores e lideranças da pesca artesanal no Estado de Pernambuco. A falta de sensibilidade para com a pesca artesanal fica evidente entre parte considerável dos profissionais que atuam com ATER, muito fruto da própria construção do conhecimento dentro das universidades, que acabam direcionando esses futuros profissionais para o segmento que o mercado indica, no caso, a aquicultura, e/ou do próprio planejamento institucional das instituições de ATER, que acaba valorizando o segmento que dá mais retorno econômico ao estado. O fato é que no contexto da extensão pesqueira, o acompanhamento técnico de pescadores e pescadoras artesanais é secundarizado, seja na valorização da aquicultura, seja no âmbito da organização social.

Palavras-chaves: pescador artesanal, pescadora artesanal, acompanhamento técnico.

ABSTRACT

Artisanal fishing is manifested by the diversity and complexity of subjects, environments, vessels, techniques, fishing gear and communities' way of life. Technical assistance services for small-scale fishing were constructed based on a fishing extension that was / is similar to the rural extension of Brazil, driven by methodological interventions outlined by discontinuous public policies. The objective of this work was to reflect on the technical assistance and fishing extension for artisanal fishing in the sertão of the State of Pernambuco. Eight interviews were conducted with the help of a semi-structured script and open questions with managers and leaders of artisanal fishing in the State of Pernambuco. The lack of sensitivity to artisanal fishing is evident among a large number of professionals working with ATER, much fruit of the construction of knowledge within universities, which end up directing these future professionals to the segment that the market indicates, in this case, the aquaculture, and / or the institutional planning of ATER institutions, which end up valuing the segment that gives the state more economic return. The fact is that in the context of fishing extension, the technical follow-up of artisanal fishermen and fishermen is secondary, either in the valuation of aquaculture or in the ambit of social organization.

Key words: artisanal fisherman, artisanal fisherman, technical accompaniment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil. **CPP** – Conselho Pastoral dos Pescadores.

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf.

DEAT – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

IPA – Instituto Agronômico de Pernambuco.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura.

MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras.

PNATER – Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar. **SARA** – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária.

SEAF – Secretaria Executiva de Agricultura Familiar.

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

PRORURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. MÉTODOS.....	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
6. REFERÊNCIAS.....	32
7. ANEXO (questionários)	35

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é reconhecida pelo seu valor cultural e pela reprodução socioeconômica, devido ao impacto positivo da política pública, na geração de trabalho e renda para parcela da população de pescadores. Além disso, a atividade garante a segurança alimentar das comunidades pesqueiras (COSTA; MILAGRES; SOUSA, 2014). Dessa forma, a pesca artesanal manifesta-se pela diversidade e complexidade de sujeitos, ambientes, embarcações, técnicas, artes de pesca e modo de vida das comunidades.

Historicamente, a pesca artesanal é uma categoria marginalizada devido ao processo de exclusão pela falta de comprometimento dos órgãos e governo, ineficiência das políticas públicas, que retrata as constantes relações de conflitos, desafios e entraves do trabalho e modo de vida dos pescadores artesanais (CALLOU, 2009; MORENO, 2015).

Os serviços de assistência técnica voltados à pesca artesanal foram construídos baseados em uma extensão pesqueira que foi/é semelhante à extensão rural do Brasil, conduzida por intervenções metodológicas traçadas por políticas públicas descontínuas, em que a postura dos órgãos públicos frente ao setor pesqueiro é pautada historicamente por uma política assistencialista, como por exemplo: a abertura de linhas de créditos, apoio técnico nas etapas produtivas e comerciais, não considerando os interesses e demanda do público-alvo (COSTA; MILAGRES; SOUSA, 2014).

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são importantes e essenciais para o desenvolvimento do setor pesqueiro, capaz de auxiliar e potencializar políticas públicas para qualidade de vida das comunidades, difundir inovações tecnológicas e determinar os processos produtivos e de organização social (PEIXOTO, 2008).

Esses serviços tem a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro com o intuito de acompanhar, orientar, articular e organizar as

comunidades pesqueiras, objetivando o desenvolvimento dessas comunidades e melhoria da qualidade de vida da população localizada, através da construção da cidadania e geração de trabalho e renda (SOUSA et al., 2017).

O Estado de Pernambuco possui Lei específica para pesca artesanal: Lei nº 15.590, de 21 de setembro de 2015, que instituí a Política da Pesca Artesanal no estado de Pernambuco, promovendo o ordenamento, fomento e a fiscalização da pesca artesanal, com o objetivo de alcançar, de forma sustentável, o desenvolvimento sócioeconômico, cultural e profissional de quem a exerce, e suas comunidades tradicionais, bem como, a conservação e a recuperação dos ecossistemas aquáticos (PERNAMBUCO, 2015).

A Política da Pesca Artesanal foi regulamentada pelo Decreto 45.396, de 29 de novembro de 2017, considerando dever do Estado, estimular a organização social, geração de emprego e renda dos pescadores, melhorias na qualidade de vida das comunidades pesqueiras, potencializar de forma sustentável a produção, e garantir a segurança alimentar das comunidades. Considerando ainda a importância do desenvolvimento de ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação, recuperação dos recursos naturais e da biodiversidade aquática (PERNAMBUCO, 2017).

Nesse sentido o Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA) possui entre suas missões prestar assistência técnica e extensão rural no estado de Pernambuco e através da regulamentação do decreto da Política da Pesca Artesanal assumiu a incumbência de conceber e implementar o Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão da Pesca Artesanal.

Segundo Lima e Callou (2015) as políticas públicas além de ser um instrumento de ação governamental, são fundamentais para o desenvolvimento de um determinado setor econômico, social e territorial. Essas políticas são conjuntos de programas, ações e atividades que são desenvolvidas pelo Estado, direta ou indiretamente, visando assegurar os direitos de cidadania das comunidades, graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos.

De acordo com a Lei nº 15.590, de 21 de setembro de 2015, os pescadores e pescadoras são contemplados como beneficiários dos serviços de extensão rural e assistência técnica, porém há várias denúncias, por parte dessa categoria, de que a pesca artesanal vem sendo negada, excluída e desvalorizada pelas políticas públicas. Junto a isso, o hidro negócio emergente, grandes investimentos de resorts, turismo de massa, turismo náutico, dentre outras atividades, tem destruído ambiente em que essa categoria pratica suas atividades, comprometendo a sobrevivência dos territórios pesqueiros tradicionais da pesca artesanal, de acordo com Lima e Callou (2015).

Dessa maneira, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a assistência técnica e extensão pesqueira para a pesca artesanal no sertão do Estado de Pernambuco a partir dos diferentes atores que incidem direta e indiretamente sobre essa temática, problematizando suas atuações e desenvolvimento e identificando as dificuldades enfrentadas.

MÉTODOS

A estratégia metodológica do presente artigo se pautou na condução de oito entrevistas com o auxílio de um roteiro semiestruturado e questões abertas (GASKELL, 2007) com gestores e lideranças da pesca artesanal no Estado de Pernambuco, particularmente, sob o recorte da região do sertão, envolvendo três técnicos do Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA), dois agentes de campo do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), dois presidentes de colônias, um de Floresta e outro de Petrolândia, e um representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP) de Parnamirim. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto da assistência técnica e extensão pesqueira brasileira temos como referência a Lei nº 12.188/2010 que institui Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER), que define os principais beneficiários da ATER no país: assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais e artesanais. Com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação são enquadrados (BRASIL, 2006).

Contemplar os pescadores e pescadoras artesanais como beneficiários dos serviços de extensão rural e assistência técnica significou uma grande conquista para a pesca artesanal brasileira, legitimada politicamente pela criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR), em 2003 (VASCONCELOS, 2009), sendo alçada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) em 2009, através da Lei nº 11.958¹. No entanto, o reconhecimento do setor não se efetivou no sentido prático e operacional, materializando-se em ações não igualitárias, com explícito foco em políticas e investimentos à pesca oceânica (industrial) e à aquicultura, produção e desenvolvimento "sustentável", em detrimento das comunidades locais (MORENO, 2015).

Integrando-se ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a situação do setor pesqueiro no Brasil vem se expressando através de uma valorização da expansão da aquicultura caracterizada pelo "hidronegócio" brasileiro, considerando a orientação do MAPA para uma política capitalista voltada ao "agrohidronegócio" (MORENO, 2015). Essas atividades prejudicam as comunidades quando poluem as águas com o uso abusivo dos agrotóxicos e produtos químicos decorrentes do processo de industrialização e esgotos sem nenhum tratamento, trazendo danos irreversíveis ao meio ambiente e às comunidades pesqueiras (QUEIROZ, 2015).

Nesse contexto o desenvolvimento da aquicultura vem ocorrendo em detrimento da pesca artesanal através da privatização de águas que passaram a ser vistas como potenciais para a implantação de parques aquícolas, ocultando usos comuns tradicionais de recursos naturais pelas comunidades locais e fazendo com que pescadores artesanais sejam convertidos em aquicultores e/ou assalariados do setor (RAMALHO, 2014; FALCON; SIEBER, 2017).

Se a ATER brasileira tem como missão contribuir para a promoção de processos educativos e participativos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar a partir de estratégias de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; RAMOS, 2006), a extensão pesqueira precisa ser trabalhada através de uma ação pública de apoio à pesca artesanal enquanto direito; apta para promover a emancipação social dos pescadores e pescadoras no âmbito das suas comunidades (LIMA; CALLOU, 2015). Como órgão oficial, a Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado de Pernambuco é ofertada pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA) através do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), da Secretaria Executiva de Agricultura Familiar (SEAF) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco (PRORURAL) (LIMA; CALLOU, 2015).

O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) inicia as atividades com a extensão pesqueira de Pernambuco a partir da CPP-PE, enquanto sociedade civil organizada originada em plena ditadura militar, como Pastoral Social vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O CPP foi fundado oficialmente em 1988, na Assembleia do Conselho Pastoral dos Pescadores, em Olinda-PE, atuando nos processos de formação de base e organização de pescadores e pescadoras artesanais, de forma participativa (QUEIROZ, 2015).

[†]No mesmo ano foi promulgada a nova Lei da Pesca (após 14 anos de discussão), através da Lei nº 11.959 que implanta o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura que, por sua vez, revogou os dispositivos que compreendiam o Decreto-Lei 221/1967, a Lei da Pesca vigente até então (MORENO, 2015).

Através das entrevistas com gestores e lideranças da pesca artesanal do Estado de Pernambuco pôde-se identificar os principais desafios no âmbito da assistência técnica e extensão pesqueira. A fala do Gerente do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DEAT do IPA traz evidências importantes dos principais entraves no Estado, corroborando as problemáticas identificadas pela literatura específica:

“A gente tem um histórico que começou meio atropelado em relação a extensão pesqueira. Na verdade o IPA começou a se estruturar para trabalhar com esse público voltado na pesca a partir de 2006 (...) e aí se viu a necessidade de contratar profissionais que tivessem o perfil de atender as comunidades pesqueiras. Aí foram contratados dez, onze Engenheiros de Pesca que foram distribuídos no Estado. (...) Só que essa distribuição não foi bem feita, e muitos Engenheiros de Pesca foram pra regiões que não tinham um perfil produtivo nem na parte de pesca e nem na parte de aquicultura. E isso aí levou algum tempo para se corrigir. Após esse processo ainda teve o outro agravante que era a grande demanda que a população dava para outros setores que não fossem pesca, que não fossem do setor pesqueiro. Que o entendimento da instituição é que extensionista ele é um faz tudo. É um profissional que vai trabalhar todo o desenvolvimento agrário, independente de sua área de formação, é um generalista... e aí começou também um outro problema onde muitos casos só tinha um técnico no município, quando era só um Engenheiro de Pesca, era só um engenheiro de pesca no município, a demanda da agricultura era muito grande e então tinha que se adaptar e dar assistência a outras atividades que não eram do perfil

dele para atender.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

Com a fala do gestor, identifica-se um esforço de inclusão de Engenheiros de Pesca entre as ações extensionistas do IPA, que não se reduz à atuação da pesca artesanal. Com a missão de contribuir para o desenvolvimento rural e sustentável de Pernambuco, o IPA vem atuando, de modo integrado com a geração de tecnologia, nas ações de assistência técnica e extensão rural e no fortalecimento da infraestrutura hídrica, com atenção prioritária aos agricultores de base familiar. Ao identificar a necessidade de atender comunidades pesqueiras, o IPA começou a trabalhar na direção da aquicultura e pesca a partir de 2006, vendo na criação do MPA uma possibilidade de visibilizar o setor pesqueiro que se encontrava em uma “situação marginal”. Através da fala do Gerente do DEAT do IPA, pode-se identificar este processo:

“A gente teve um momento de euforia quando foi criado o Ministério da Pesca, ficou com uma esperança que desse uma guinada, uma mudança geral de visão. A gente até começou aqui e construiu o que a gente tava chamando de Rota do Marisco, que a gente teve até reuniões com a SUDENE e com o pessoal que era da SEAP e do ministério a ser criado, estruturar a pesca no litoral que a gente tava chamando de Rota do Marisco. Cada colônia de pescadores teriam uma estrutura mínima adequada a parte sanitária, os acessos seriam conectados, cada município teria o que a gente tava chamando de Feira do Peixe, uma estrutura adequada para comercialização dos pescados, a gente estaria tirando o setor pesqueiro dessa situação marginal. Não é marginal do ponto de vista depreciativa não, é marginal porque estão à margem da legislação, todo mundo fingindo que não vê, que tá tudo certo, mas aí eles não tem acesso a mercado formal, eles tem que contar com atravessador para escoar a produção, o atravessador dá um jeitinho de colocar no mercado, mas o pescador ele não tem acesso ao mercado formal, então ele está a margem do mercado, tá a margem da profissionalização, a maioria.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

Na medida em que a pesca artesanal é incluída como público das ações da instituição, a extensão pesqueira começa a manifestar problemas de gestão e planejamento específicos, trabalhando com áreas não necessariamente voltadas para o setor pesqueiro. O profissional vai trabalhar todo o desenvolvimento agrário de forma independente de sua área de formação, configurando uma distribuição de técnicos no Estado insuficiente e descontextualizada - um técnico por município. A entrevista com o gestor pode demonstrar este aspecto:

“Que o entendimento da instituição é que extensionista ele é um faz tudo. É um profissional que vai trabalhar todo o desenvolvimento agrário, independente de sua área de formação, é um generalista... e aí começou também um outro problema onde em muitos casos só tinha um técnico no município, quando era só um Engenheiro de Pesca, era só um Engenheiro de Pesca no município, a demanda da agricultura era muito grande e então tinha que se adaptar e dar assistência a outras atividades que não eram do perfil dele para atender.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

Nesse sentido, trazer o extensionista como um “generalista”, um “faz-tudo”, pode ser problemático para determinadas demandas, que se tornaram dependentes de um único perfil técnico, seja da Engenharia de Pesca ou da Agronomia. Entre o ideal concebido e o trabalho realizado da prática

extensionista, de acordo com Souza (2011) a noção de assistência técnica e de implementação de programas governamentais vem se destacando, com prejuízo das noções de planejamento e continuidade, através de expressões como “faz de tudo” que acabam exacerbando as diferenças entre trabalho prescrito e realizado (SOUZA, 2011). Sem uma gestão adequada, os Engenheiros de Pesca contratados se orientam para a área da aquicultura, supervalorizando a cadeia produtiva aquícola em detrimento da pesca artesanal. Vejamos esta discussão na entrevista:

“É mais fácil trabalhar com extensão na área de aquicultura, a gente reconhece isso. Por quê? Porque é uma cadeia produtiva mais consolidada (...) digamos mais concreto, mais fácil de você trabalhar tecnicamente, tanto na questão da parte de produção em si, como também dos outros elos. Você tem uma cadeia de insumo bem definida, você tem a cadeia de valores, na verdade, confiando todos os elos da aquicultura, hoje ela é mais clara, mais consolidada. Então do ponto de vista da assistência técnica referente a extensão, ela é mais fácil trabalhar a aquicultura, então a gente tem um trabalho na área da aquicultura mais consolidada. Na pesca artesanal ela é mais (...) digamos que é mais por demanda mesmo, não tem uma programação. Ah, tá tentando fazer uma programação aqui, um plano de assistência técnica do estado para pesca artesanal, mas quais são as dificuldades que a gente encontra na pesca artesanal? Primeiro: a questão da infraestrutura para as áreas de produção, a infraestrutura de atendimento, a vigilância sanitária, a parte sanitária da parte de mercado. (...) É mais um campo pra se trabalhar na extensão pesqueira. Só que aí a gente precisa de um técnico dedicado exclusivamente para trabalhar com isso. E aí a gente ainda não conseguiu dar esse passo.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

Segundo Lima e Callou (2015) as ações do IPA vêm se desenvolvendo a partir de uma orientação mais centrada para o crescimento da piscicultura do que para a pesca artesanal, relegada a ações pontuais. Além da ausência de políticas públicas para o setor, os autores ressaltam que os cursos ofertados para a capacitação dos extensionistas são orientados para o beneficiamento de pescado (tilápias), demandados pelas gerências regionais do Estado. Além disso, destaca-se o fato de que a ATER para pesca é secundarizada por metas prioritárias estaduais que vão desde distribuição de sementes, cadeia produtiva do leite, palma forrageira, etc (LIMA; CALLOU, 2015).

“É, não conseguimos separar 100% esse profissional para trabalhar essas questões da pesca artesanal. Eu acho que a extensão pesqueira precisa começar a trabalhar desde a base mesmo, da pesca artesanal. A gente tem problemas ambientais, problemas sociais e principalmente os problemas estruturais, a gente não tem cadeia produtiva, eu reconheço, da pesca artesanal porque não existe uma cadeia consolidada, ela é uma atividade, um modo de vida, mais ainda não tem uma estruturação que a gente tenha um trabalho direcionado da assistência técnica. A gente fez muito trabalho aqui pra pescador artesanal, mais pra parte de acesso a política pública, programa Chapéu de Palha, a DAP, o PRONAF que é para adequação de embarcação e aquisição para material de pesca.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

Outro fator que acaba colaborando para o direcionamento da aquicultura por parte dos técnicos extensionistas diz respeito à construção de conhecimento dentro das universidades, fazendo com que o Engenheiro de Pesca saia da Universidade com o foco na aquicultura. A cadeia produtiva da aquicultura consegue se capilarizar para dentro das instituições de ensino através do financiamento público e privado de pesquisas, programas de estágio para os discentes, entre outras ações que ganham visibilidade através de políticas públicas voltadas para o setor. Essas ações parecem funcionar como um fio condutor que por um lado consolidam o setor da aquicultura, mas por outro invisibilizam a importância da pesca artesanal e da extensão pesqueira, fazendo com que as significações historicamente admitidas pela extensão continuem a reproduzir a crença do atraso, da ignorância dos agricultores e pescadores através de estratégias educativas voltadas para a adoção de tecnologias, conforme destacou Callou (2007).

“Pronto, aí vem a questão do perfil também. É como eu falei, o Engenheiro de Pesca sai da universidade com pesquisas muito focadas na aquicultura, isso fica bem claro no exemplo de Pedro Rocha, porque ele dentro da universidade nunca teve perfil para aquicultura, desde a universidade ele trabalhou sempre com a pesca, então hoje quando ele tá na extensão rural ele tem um outro olhar diferenciado pra pesca, a maioria dos eng. de pesca aqui da UFRPE sai com o pé dentro da aquicultura, a gente chama de engenheiro de despesca, não é um Engenheiro de Pesca, é engenheiro de despesca! Então tem um olhar muito mais sensível para aquicultura do que pra pesca, e quando vai focar na pesca é pra ações mais de produção.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

De acordo com Callou (2009) os governos parecem escutar muito mais os professores e pesquisadores que produzem conhecimento científico voltado para o campo das tecnologias, capazes de promover a modernização e o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola do empresariado nacional. Nesse sentido, a questão da pesca em si parece ficar em segundo plano, diante da área de produção. Com a priorização das tecnologias voltadas para o empresariado nacional, muita gente não vai para o lado da extensão pesqueira porque não vê um mercado absorvendo esses profissionais, as condições de trabalhos não ajudam, o número de extensionistas é muito pequeno para a demanda.

Pesquisador: Qual o papel que a universidade pode ter para ajudar no processo da extensão pesqueira? *“Vamos começar pela universidade. Eu acho que a universidade precisa tomar coragem e separar as coisas, tirar a aquicultura do curso de Engenharia de Pesca e criar um curso para Engenharia de Aquicultura. São coisas distintas e não dá pra ficar no mesmo lugar. Então a gente tá na universidade e sendo criado para criar problema. A universidade tá criando profissionais para criar problemas, porque a gente é treinado na universidade pra achar que aquicultura e pesca cabe no mesmo cabide e não cabe. São coisas muito distintas, então a maioria dos problemas que a gente tem com os profissionais para trabalhar a extensão pesqueira é fruto disso. Pra mim isso é fruto disso! Ou seja, porque o Pedro Rocha sabe lidar com a parte da extensão pesqueira? Porque desde lá da universidade ele só trabalha, fazia a aquicultura pra passar. Sempre a vocação dele foi pra pesca, então se a gente tivesse o curso de Engenharia de Pesca tratando de pesca e o curso de Engenharia para Aquicultura ou o curso de Engenharia de Pesca ia fechar ou ele de fato ia formar Engenheiro de Pesca. Então a gente tem um bucado de Engenheiro de Pesca racionais. (...)São antagônicos, o pessoal acha que porque é peixe e peixe e camarão é tudo o mesmo produto, tá na água... a atividade é a mesma... é a mesma coisa, não é! (...) Assim, de forma geral na formação do profissional dentro da universidade a extensão ela vem como.. é um acaso na vida! A extensão vem como um acaso, o profissional não tá, a maioria não tá se formando pra trabalhar com extensão. Na verdade a maioria dos profissionais dentro da universidade não sabem pra que estão se formando.”* (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

Nessa discussão, além do distanciamento da pesca enquanto foco de trabalho do Engenheiro de Pesca diante da valorização da aquicultura, identifica-se que este processo está relacionado à própria formação do profissional, que secundariza a extensão rural no processo de ensino e

aprendizagem, e a extensão pesqueira no contexto da Engenharia de Pesca. Para Santos et al. (2016) pensar no profissional extensionista remete diretamente à sua formação e à trajetória das ações do Estado, atreladas à falta de estrutura dos municípios para atender a demanda de serviços de ATER. Já nos alertava Caporal (2005) que para que as orientações da PNATER possam ser postas em prática seria necessária uma mudança das instituições, suas diretrizes e prioridades e, sobretudo, dos agentes de ATER, no sentido da construção de novos conhecimentos e concepções sobre agricultura e desenvolvimento sustentável e sobre o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural. Para isso é necessário que as instituições de ensino e pesquisa revejam seus paradigmas adotando novos conteúdos, bases epistemológicas e metodologias.

“Olha, eu não sei como é que tá hoje a formação do Engenheiro de Pesca, mas na época da gente a gente pagava uma única cadeira de extensão (...) a gente pagava essa única cadeira de extensão e muita gente não valorizava essa cadeira porque achava que extensão era uma coisa sem futuro, vamos dizer assim (...) e não tem ideia da importância da extensão, da mudança que a extensão pode provocar numa comunidade numa região, numa localidade quando é bem feita.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Extensionista do DEAT do IPA, Recife – PE)

“Eu acho que é a vivência, porque primeiro que a formação da universidade ela é muito focada naquela formação do técnico do profissional que vai trabalhar na grande empresa, não se tem muito aquela visão de se trabalhar a agricultura familiar, de se trabalhar a pesca artesanal que tem uma demanda grande, só que o mercado pra absorver o pessoal também é um pouco restrito, então eu acho que isso é o foco do pessoal, ir mais pra parte de aquicultura, ou focados vamos dizer... eu quero trabalhar em uma empresa grande numa (...) por conta da remuneração.” (Entrevista realizada em dezembro de 2018, Extensionista do DEAT do IPA, Recife – PE)

“A gente fica assim sonhando que as universidades elas consigam trazer pra um cenário de Pernambuco bons profissionais, não diria nem bons profissionais porque todos são bons profissionais, mas profissionais com a sensibilidade maior com a pesca artesanal, a gente percebe que por exemplo, o IPA a gente tem no IPA como pessoa de referência pra pesca artesanal aqui em Pernambuco Pedro Rocha, e aí é muito ruim... a gente tinha até pouco tempo também se aproximando e com a sensibilidade boa pra pesca artesanal, o João Paulo que agora parece que assumiu outras funções com esse rearranjo do IPA que também contribuía, mas a gente percebe que tem um órgão feito o IPA com vários extensionistas que tem dentro dos seus objetivos esse serviço e só ter um que a gente pode falar com propriedade de um extensionista, de um profissional, isso é muito ruim, né, porque a

gente percebe que também a própria estrutura dos órgãos de extensão ela não dá, não oferece a capacidade para os trabalhadores, para os técnicos fazerem o seu trabalho, o camarada é bombril ali, faz tudo, além de atuar na pesca atua em todos os seguimentos... e aí essa grande parceria com o governo estadual meio que dita o caminho pra onde o pessoal vai e aí por anos e anos a extensão ela se deu junto com a pesca artesanal só simplesmente pela emissão de uma DAP; e a gente percebe que a necessidade da pesca artesanal é bem maior que isso, a gente fica sofrendo, a gente fica muito feliz quando a gente percebe que alguns professores nas universidades que tem essa sensibilidade a exemplo do professor Dario onde tá focado e aí alguns alunos, poucos alunos ainda presentes.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Secretário Executivo do CPP, Regional Nordeste, Recife – PE)

A crítica do secretário executivo do CPP está relacionada ao fato de que durante anos a extensão se desenvolveu junto com a pesca artesanal reduzindo-se à emissão de uma DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF). Para os pescadores artesanais, destacando como referência a fala da presidente da colônia Z-29 de Floresta, a questão da DAP é representativa da ação do IPA junto aos pescadores:

Pesquisador: Quais são as instituições que tem acompanhado o trabalho da pesca artesanal?

“A universidade acompanha, o CPP acompanha, mas o IPA... assim, a gente tem uma relação porque os pescadores fazem PRONAF, que é o financiamento pra pesca artesanal; e pra fazer ele tem que pegar a DAP no IPA. Só que o IPA simplesmente só acompanha aquele pescador que faz o financiamento, os demais pescadores eles não fazem nenhum mais. Agora como presidente da colônia, eu já estive no IPA e até solicitei que eles fizessem reunião com os demais pescadores, é importante né! Porque se um quiser fazer o financiamento já sabe como é a linha do IPA, como chegar lá e já fazer, solicitar essa DAP né. Tem muitos pescadores que nem sabem.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescadora, Presidente da colônia Z-29, município Floresta – PE)

“Eles só visitam os pescadores pra saber se eles estão morando no lugar que eles falam na hora de solicitar a DAP.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescadora, Presidente da colônia Z-29, município Floresta – PE)

*“Mas também nunca foi a colônia, a gestão anterior, nunca solicitou do IPA uma presença, que o IPA acompanhasse, tivesse esse acompanhamento. **Então assim, eu acho que tem que partir da colônia. A colônia tem que procurar o IPA e solicitar que seja feito (...)** Que nas reuniões da colônia que a gente faz mensal o IPA participe, o banco participe que são parceiros né, que a gente precisa tá trabalhando em conjunto então a gente precisa que eles também estejam dando as orientações de como eles trabalham pra*

poder o pescador saber como é, como chegar até eles e solicitar um DAP.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescadora, Presidente da colônia Z-29, município Floresta – PE)

No entanto, a questão da DAP parece ser muito significativa enquanto representativa da ação do IPA, reduzindo a extensão pesqueira a esta atividade. No entanto, o IPA com a sua estrutura não tem como chegar em todos os pescadores e pescadoras (e agricultores e agricultoras, compreendendo a agricultura familiar como um todo). O fato é que se os pescadores não participarem dos espaços, onde o IPA está se articulando por exemplo, como os conselhos municipais, os sindicatos, fica difícil a organização das colônias e associações.

Apesar do avanço conquistado pela Lei nº 15.590 de 2015, orientando o caminho da pesca artesanal no Estado através da Política da Pesca Artesanal de Pernambuco, a própria estrutura dos órgãos de extensão não oferece a capacidade para os técnicos fazerem o seu trabalho, retornando a discussão enfatizada acima, que trata do fato do extensionista ser um “faz-tudo”, além de atuar na pesca artesanal. Além da questão da formação, que marginaliza a extensão dentro do contexto da educação, outro problema estrutural se expressa na questão da quantidade de extensionistas. Através da entrevista com o extensionista do IPA pôde-se verificar este processo:

*“Olha, o que eu vejo da extensão pesqueira é que assim, a demanda é muito grande pra quantidade de extensionista que tem. **Provavelmente com um reforço de pessoal de mão-de-obra pra trabalhar na extensão pesqueira, a coisa ia funcionar melhor, a gente do próprio IPA sente isso, que há necessidade de mais Engenheiros de Pesca que é uma demanda muito grande no estado, tanto pra parte de pesca como de aquicultura.**” (Entrevista realizada em dezembro de 2018, Extensionista do DEAT do IPA, Recife – PE)*

No contexto da pesca artesanal encontra-se os desafios vivenciados na prática, seja pelos extensionistas, seja pelos pescadores, na complexidade do campo da sua organização, legitimação e visibilidade. A complexidade oriunda da pesca artesanal destacada na fala do gerente do IPA parece evidenciar uma justificativa que esbarra na questão da legitimação da fronteira do que é ser pescador e pescadora artesanal; mas

sobretudo, reduzindo-se ao acesso às políticas públicas, que para Callou (2009b) se manifestam através de uma dívida social do Estado, diante da ausência de políticas públicas para o setor. “Diz respeito também às universidades brasileiras”, de acordo com Callou (2009b, p. 04).

“Onde aparecem, nessas políticas, os trabalhos que revelaram as especificidades das culturas populares na pesca tradicional brasileira, suas dificuldades de ordem social, econômica, política e ambiental, bem como a sua importância na preservação da vida cultural e do meio ambiente brasileiro?” (CALLOU, 2009b, p. 04)

“É uma dificuldade trabalhar com pescador artesanal, é muita complexidade, é um grupo muito complexo. É complexo do ponto de vista técnico, do ponto de vista organizacional, social sabe... é um grupo que não tem uma fronteira bem definida. (...) E assim, uma grande dificuldade de trabalhar com pescadores artesanais é que...qual a contribuição que a gente pode dar ao pescador artesanal além da política pública? Além da parte de política pública... o técnico que trabalha em uma empresa de ATER, ele tem muita ansiedade de contribuir tecnicamente, se você falar com qualquer um, ele tem essa ansiedade de mostrar que tem um resultado técnico, que contribuiu tecnicamente, então o trabalho com o pescador artesanal, o foco a maioria das vezes não é esse, é a parte de organização, acessibilidade a mercado, é acesso a política pública, tem muito conflito, muito mesmo.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Gerente do DEAT do IPA, Recife – PE)

*“Olha eu acho que primeiro tem que ser feito uma fiscalização pra que os pescadores de fato tenham direito aos benefícios, a mais benefícios. Que as vezes é concedido mais pra pescadores que realmente não pescam e pescadores que de fato vivem da pesca estão sendo prejudicados. **Então é...eu acho que uma fiscalização mais rigorosa pra definir de fato quem é pescador e quem não é pescador.**”* (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescadora, Presidente da colônia Z-29, município Floresta – PE)

Nesse sentido, o acompanhamento técnico junto à pesca artesanal acaba ficando em segundo plano, expressando-se através das falas dos pescadores e pescadoras do sertão pernambucano por uma ausência orientada para o setor pesqueiro, assim como no pensamento do agente de campo da CPP na região, resumindo-se à assessoria para a piscicultura, tal como identificado pelos próprios gestores.

“É uma deficiência muito grande pra pesca. Eu acho que se a gente tivesse um acompanhamento técnico eu acho que a pesca seria... até teria mais essa questão de... até diminuiria mais os pescadores que não pescam, porque por exemplo, se o IPA fizesse um acompanhamento com os pescadores ele ia ter certeza de fato quem é pescador e quem não é, não ia ter esse problema de pescador chegar lá e ficar duvidando se ele pesca ou se não pesca, então se houvesse um acompanhamento técnico pra que eles fizesse todo o trabalho de conhecer de perto a vida do pescador melhoraria muito.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescadora, Presidente da colônia Z-29, município Floresta – PE)

“Veja só, eu acredito que um acompanhamento voltado pra pesca artesanal que venha aprofundar quais são os pontos negativos na questão da baixa da produção e identificar e trabalhar com os pescadores essa questão é importante. Adequar o número de pescador que tão atuando naquela determinada área...com uma orientação nesse sentido trará uma gestão melhor no corpo d’água, nos lagos, nos açudes...as espécies que estão sendo introduzidas... que sejam voltadas pra fins comerciais e não espécies voltadas por... ter um significado talvez de predação outra espécie como a gente tem ouvido falar que é colocada pra acabar com outra espécie que não é desejada naquele local. (...) o povoamento, o peixamento com espécies voltadas para produção, para o comércio, pra comercialização é uma das formas que pode melhorar a vida dos pescadores.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Agente de Campo, CPP sertão – PE)

Pesquisador: Existe algum tipo de acompanhamento técnico para os pescadores artesanais aqui na sua região?

“Não que eu conheça. Tem o IPA que deveria prestar... eles prestam mais assistência técnica para piscicultura, a visão é mais pra piscicultura.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescador, Presidente da colônia Z-23, município Petrolândia – PE)

“Olha, eu acho que assim, deveria o município olhar mais pra pesca artesanal porque muitos deles só olham pra piscicultura. Então se a gente não tiver um apoio do município, ou seja, a prefeitura precisa de peixe pra escola, pra um hospital que tem no cardápio, mas podia chegar na colônia e dizer, não a gente quer...se vocês tem condições de fornecer esse peixe, porque a gente, ah, porque tem a vigilância sanitária, mas a gente corre atrás. As exigências que a vigilância sanitária pedir, a gente se adapta, e tem como colocar esse pescado no município, mas os governantes que entram, os governos municipais eles visam mais a piscicultura e não a pesca artesanal.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescador, Presidente da colônia Z-23, município Petrolândia – PE)

No entanto, é interessante refletir sobre essa interpretação externalizada pelos pescadores sob a luz do acompanhamento técnico, que se torna mais nítido nas ações do IPA, embora orientado para o viés da aquicultura. Entre o acompanhamento técnico do IPA e a atuação e assessoria social, jurídica e política do CPP, a pesca artesanal é vista pelos pescadores e pescadoras a partir de uma referência associada à mudança de vida, do reconhecimento da pesca artesanal somente vinculadas as ações pastorais na região do sertão pernambucano:

Pesquisador: Qual a importância do CPP para pesca artesanal? *“Olha o CPP eu posso falar por Floresta mesmo, por mim mesma, que a minha vida mudou muito em termo de conhecimento graças ao CPP. Antes eu era pescadora mais eu não tinha conhecimento dos direitos, então depois, só depois que eu comecei a participar das reuniões com o CPP. Foi quando eu comecei a entender quais eram os meus direitos e eu gostei tanto que não quero mais parar.”* (Entrevista realizada em novembro de 2018, Pescadora, Presidente da colônia Z-29, município Floresta – PE)

“A importância do CPP ela foi eu digo que foi a melhor coisa que já teve porque a pesca vou até falar do sertão do que do litoral, porque o sertão ninguém conhecia a pesca do sertão. A gente passou mais de 5 anos sem ter o direito do defeso porque ninguém sabia como conseguir as metas de chegar até o ponto de dizer hoje tá realizado pra se entrar e receber um defeso.” (Entrevista realizada em dezembro de 2018, Pescador, Representante do Sertão no Movimento dos Pescadores e Pescadoras, município de Parnamirim – PE)

No entanto, essa referência acessada pelos pescadores traz um paradoxo importante para a presente reflexão, se considerasse o papel do CPP nas comunidades pesqueiras, atuando nos processos de formação de base e organização de pescadores e pescadoras artesanais (QUEIROZ, 2015), enquanto pastoral de enfrentamento da Igreja Católica.

“O CPP esse ano ele tá fazendo, a gente tá completando 50 anos, 50 anos de CPP no Brasil. O CPP começou aqui, começou em Olinda, nessa casa, foi depois que a gente comprou essa casa, só que antes era uma atividade dentro da Diocese, mas na cidade de Olinda, na praia do Carmo, principalmente na praia do Carmo com a colônia Z4 e também na praia aqui de Rio Doce Casa Caiada. Então Dom Alfredo ele caminhou por essas praias e a princípio era uma conversa com os pescadores pra saber as demandas né,

saber a situação, as principais necessidades dos pescadores e junto com ele, nessas conversas, era buscar alternativas, alternativas não só de enfrentamentos das questões mas também de garantias do que já existia já tava conquistado. E aí foi uma luta árdua, e aí a gente não tinha, hoje a gente tem uma estrutura de um CPP nacional e vários CPP regionais e o nosso CPP que é CPP regional nordeste 2.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Secretário Executivo do CPP, Regional Nordeste, Recife – PE)

O paradoxo se desenvolve a partir do momento que observa-se que o papel da Pastoral se distancia do acompanhamento técnico dos pescadores e pescadoras para atuar no sentido da evangelização, embora alguns técnicos não se identifiquem com este fim, atuando no sentido da organização social e política e afirmação do modo de vida das comunidades pesqueiras e fortalecimento de identidade. Vejamos este processo através dos objetivos e linhas de ação do Conselho Pastoral dos Pescadores:

Os objetivos do CPP são:

Movido pela força libertadora do evangelho

- Colaborar com os pescadores nos justos anseios de suas vidas, respeitando sua cultura, estimulando suas organizações, tendo em vista a liberação integral e a construção de uma nova sociedade;
- Animar, formar e articular fraternalmente os que trabalham a serviço dos pescadores nesta pastoral;
- Lutar por todos os meios necessários para a preservação do meio ambiente.

LINHAS DE AÇÃO

Direitos sociais e organização

Os pescadores/as artesanais durante muito tempo estiveram invisibilizados e alijados dos seus direitos sociais. A partir da Constituinte da Pesca, durante a década de 80, alguns direitos foram conquistados, como o da aposentadoria. Apesar dessa conquista e de outras posteriores, como o acesso ao Seguro-defeso, as ameaças de retirada dos direitos já conquistados são constantes. Por esse motivo, é necessário um processo contínuo de incidências políticas para a manutenção das garantias legais aos homens e mulheres das águas.

O CPP presta assessoria jurídica e política aos pescadores e pescadoras artesanais para dar continuidade à luta pelos direitos sociais.

Incidências políticas e formações são algumas das ações realizadas para alcançar esse objetivo.

Renda e Economia solidária

Diante dos grandes desafios colocados pela violência e pelo modelo de desenvolvimento sobre os povos e comunidades tradicionais, principalmente às comunidades pesqueiras, entre eles o da ideologia hegemônica do consumo como modo de vida e símbolo de progresso e felicidade, um grande desafio para o CPP é fortalecer, estimular e dar visibilidade às experiências de geração de renda e economia solidária que melhorem as condições de vida das comunidades e gerem aprendizados nos territórios.

O CPP colabora para a afirmação do modo de vida das comunidades tradicionais em face de um contexto de negação da identidade, da importância social, política e econômica da atividade da pesca artesanal.

Território e Meio Ambiente

A pesca artesanal depende de modo direto, de ambientes preservados que garantam a reprodução e manutenção das espécies. No entanto, os ambientes onde a pesca artesanal é desenvolvida, são constantemente ameaçados com a expansão desenfreada do agro/hidronegócio, poluição industrial e turismo predatório com graves danos: poluição, desmatamento, assoreamento e expulsão.

As populações tradicionais são as verdadeiras guardiãs da biodiversidade e as comunidades pesqueiras não fogem a regra. Por esse motivo, o CPP atua solidariamente, junto às comunidades pesqueiras na luta pela permanência e pelo reconhecimento dos seus territórios tradicionais. A Campanha pela Regularização do Território Pesqueiro é um dos exemplos disso. (CPP, <http://www.cppnacional.org.br/linhas-de-ação/território-e-meio-ambiente>).

Assim, em nenhum momento – do campo empírico da presente pesquisa - identificou-se claramente o papel de assistência técnica e extensão rural nas atuações da Pastoral, embora o CPP atue no sentido de organização das comunidades pesqueiras, em seus processos associativos, colaborando para a promoção de processos educativos e participativos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar (que compõem pescadores e pescadoras artesanais como sujeitos), utilizando-se as definições de Caporal e Ramos (2006).

Para Lima e Callou (2015) a extensão pesqueira precisa ser trabalhada através de uma ação pública de apoio à pesca artesanal enquanto direito, capaz de promover a emancipação social dos pescadores e pescadoras (LIMA; CALLOU, 2015). A luta pelos direitos de pescadores e pescadoras artesanais compreende uma das linhas de ação do CPP. Entretanto, esta analogia parece não ser suficiente para identificar o trabalho do CPP enquanto extensionista, perpassando uma identidade pastoral que parece se distanciar do perfil técnico. A autodenominação de agente pode trazer indícios desta inferência, também abordada na fala do extensionista do IPA, apontando o papel da Pastoral neste processo:

“É o papel da pastoral pelo que a gente acompanha aqui no litoral, eles tem um papel muito forte na questão do associativismo, da

organização social eles tem realmente esse papel muito forte, por exemplo, eles tão... vai ter uma eleição em colônia normalmente eles estão presente ou eles tão participando como comissão ou as vezes quando tem uma colônia que precisa de intervenção as vezes eu vejo eles como junta organizativa até que haja uma outra eleição, então eu acho que o papel da pastoral é muito forte nesse sentido, na questão da organização social e no fortalecimento das associações.”

(Entrevista realizada em dezembro de 2018, Extensionista do DEAT do IPA, Recife – PE)

A contradição se desenvolve na entrevista com secretário executivo do CPP, que acessando o viés da identidade técnica, parece assumir um esforço de trazer a técnica para a atuação pastoral, conforme a entrevista:

Pesquisador: Existe alguma equipe técnica dentro da CPP que trabalhe com pontos mais técnicos relacionados a pesca?

“Olhe, nós todos somos técnicos, nós todos somos técnicos! Essa pergunta meio que não nos cabe porque nós todos somos técnicos. Independente da formação acadêmica ou não, a gente é necessidade da instituição ter agentes pastorais preparados tecnicamente pra qualquer tema mesmo que na hora você não consiga dar a resposta nem contribuir, mas você tem o dever e a necessidade de voltar colher a informação tecnicamente, estudar as leis e voltar pra comunidade e levar isso. Quando isso ainda não for suficiente você tem a necessidade de formar as parcerias pra levar a informação técnica pra comunidade pra poder contribuir, se não seria pior, muito pior. Aí... assim, naturalmente o que a gente percebe dentro da instituição que tem pessoas que se afinam com temáticas e aí a gente vai usufruindo desse bom senso e dessa disponibilidade desses agentes que se sensibilizam e se afinam com algumas temáticas, por exemplo, a gente tem Laurineide que ela se afina e se aprofundou até nos estudos muito na questão da saúde da mulher, na saúde da pescadora e do pescador, então a gente quando vai atuar em alguma comunidade com a questão da saúde, Laurineide é uma referência mesmo só tendo o segundo grau, mas ela é uma referência de entendimento de leis, de tudo ela é uma referência. Todos nós somos técnicos!” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Secretário Executivo do CPP, Regional Nordeste, Recife – PE)

Apesar do esforço do secretário executivo do CPP em referenciar a importância da técnica na atuação, a extensão pesqueira vem sendo praticada no Estado de Pernambuco através de um paradoxo entre as ações de assistência técnica do IPA, evidenciadas pela tendência de visibilizar a aquicultura, e a atuação do CPP, que acaba reproduzindo entre os pescadores artesanais um viés de mudança e organização social mais estrutural, embora acesse um viés evangelizador, se distanciando do

acompanhamento técnico.

“Assim, a extensão pesqueira é um pouco técnica também, aí eu tenho uma certa dificuldade na parte técnica.” (Entrevista realizada em novembro de 2018, Agente de Campo, CPP sertão – PE)

O fato é que no contexto da extensão pesqueira, o acompanhamento técnico de pescadores e pescadoras artesanais é secundarizado, seja na valorização da aquicultura, seja no âmbito da organização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades que a pesca artesanal tem enfrentado ao longo dos anos passa por uma mistura de fatos despercebidos até situações negligenciadas e omissas por parte das instituições e políticas públicas para essa categoria. Definitivamente, a incapacidade de resignificar esse olhar contribui efetivamente para que os pescadores e pescadoras artesanais permaneçam no mais sombrio estado de invisibilidade por parte do estado.

Para além disso, outros problemas também são encontrados dentro da instituição que realiza o serviço de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira, na instituição parceira e dentro das instituições que formam os profissionais para atuar como extensionistas. A falta de sensibilidade para com a pesca artesanal fica evidente entre parte considerável dos profissionais que atuam com ATER, muito fruto da própria construção do conhecimento dentro das universidades, que acabam direcionando esses futuros profissionais para o segmento que o mercado indica, no caso, a aquicultura. e/ou do próprio planejamento institucional, que acaba valorizando o segmento que dá mais retorno econômico ao estado, no caso, a aquicultura novamente. Sem falar da questão estrutural, financeira que sempre limita as intenções e ações planejadas para a pesca artesanal no estado.

Com a criação da Política da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco em 2015, devidamente regulamentada em 2017 a pesca

artesanal pode estar caminhando para águas fartas, ricas em diversidades de espécies, corpos d'água com sistema de gerenciamento, dados estatísticos de captura, cuidados com a saúde dos pescadores e pescadoras, acompanhamento técnico específico e contínuo, entre outros aspectos. Tudo isso parece um sonho, mas está na lei e no seu decreto, entretanto, já se passaram quase quatro anos de sua criação e quase dois de sua regulamentação, os pensamentos sombrios e a angústia voltam a rondar, apesar de nunca ter ido embora, de não ter mudado nada na realidade do dia a dia do pescador e pescadora artesanal do sertão pernambucano.

Apesar do esforço do secretário executivo do CPP em referenciar a importância da técnica na atuação, a extensão pesqueira vem sendo praticada no Estado de Pernambuco através de um paradoxo entre as ações de assistência técnica do IPA, evidenciadas pela tendência de visibilizar a aquicultura, e a atuação do CPP, que acaba reproduzindo entre os pescadores artesanais um viés de mudança e organização social mais estrutural, embora acesse um viés evangelizador, se distanciando do acompanhamento técnico. O fato é que no contexto da extensão pesqueira, o acompanhamento técnico de pescadores e pescadoras artesanais é secundarizado, seja na valorização da aquicultura, seja no âmbito da organização social.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Acessado em: 05/06/2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

CALLOU, A.B.F. Extensão rural no Brasil: da modernização ao desenvolvimento local. **uniRcoop**, v.5, n.1, p.164-183, 2007.

CALLOU, A.B.F. Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal. I **Conferência da pesca artesanal no Brasil**. Brasília – DF, Estádio Mané Garrincha, 2009.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados**. 2005. Acessado em 03/07/2019. Disponível em: <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Pnater-+primeiros+passos+ +Caporal.pdf>.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Ed. Bagaço, v.1, p.9- 34, 2006.

COLÔNIA DOS PESCADORES Z23 DE PETROLÂNDIA. **Auto monitoramento da Produção de Pescado**. CPP e UAST/UFRPE, 2016.

COSTA, M. S.; MILAGRES, C. S. F.; SOUSA, D. N. **Os desafios e as perspectivas da Extensão Pesqueira: um diagnóstico preliminar da pesca artesanal no estado do Tocantins**. 2014. Acessado em 05/06/2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pesca-e-aquicultura/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1008407/>.

CPP. **Congresso CPP 50 anos: celebrar a resistência profetiza a esperança**. Belém, 2019.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL,

G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.

Rio de Janeiro: Vozes, ed.6, cap.3, p.64-89, 2007.

LIMA, A.C.C.; CALLOU, A.B.F.; **Políticas públicas e assistência técnica para pesca artesanal em Pernambuco.** 2015. Acessado em 05/06/2019.

Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/4210>

MORENO, L. **A luta pra pescar: reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais.** 2015. Acessado em 05/06/2019. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3812>.

MPP - MOVIMENTO DOS PESCADORES DE PERNAMBUCO. Criação de uma política de ATEP: declaração do movimento de pescadores de Pernambuco, criação de (MPP). In: **SEMINÁRIO DA PESCA ARTESANAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM PERNAMBUCO.** Olinda, 2013.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação.** 2008. Acessado em 05/06/2019. Disponível

em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao>.

PERNAMBUCO. **Lei n.º 15.590 de 21 de setembro de 2015.** Institui a Política da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco. Acessado em 05/06/2019. Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=303664>.

PERNAMBUCO. **Decreto n.º 45.396 de 29 de novembro de 2017.**

Regulamenta a execução da Política da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco, instituída pela Lei nº 15.590, de 21 de setembro de 2015. Palácio do Campo das Princesas, Recife. Acessado em 05/06/2019.

Disponível em

<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=6&numero=45396&complemento=0&ano=2017&tipo=&url=>.

QUEIROZ, R. Visibilidade e protagonismo dos pescadores e pescadoras do Brasil. **EXTRAMUROS - Revista de Extensão da UNIVASF**, edição Especial do Curso de Especialização Metodologias Participativas Aplicadas à Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, v.3, n.2, p.244-250, 2015.

RAMALHO, C. Estado, pescadores e desenvolvimento nacional. **Ruris**, v.8,

n.1, p.54-55, 2014.

SILVA, L. G. Os Pescadores na História do Brasil. Colônia e império.

Editora: Vozes, v.1, 1988.

SOUSA, Diego N. de; KATO, Hellen Christina de Almeida; COSTA, Michele Silva; MILAGRES, Claiton Silva Ferreira. Situação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) no estado do Tocantins. **Revista Interface**, ed.13, p.27-39, 2017.

SOUZA, L. **Lógicas vivenciais da identidade extensionista em uma organização pública de extensão rural**. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria. Acessado em 03/07/2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/8867>.

VASCONCELOS, G. **As políticas públicas e o desenvolvimento das comunidades de pescadores e pescadoras no interior de Pernambuco**. 2009. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) - Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Acessado em 05/06/2019. Disponível em:

<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6079/2/Gilvania%20de%20Oliveira%20Silva%20de%20Vasconcelos.pdf>.

ANEXO

Questionários das entrevistas:

Questionário – Presidente de Colônia Floresta e Petrolândia

1. Quais são as principais dificuldades que as colônias de pesca têm enfrentado aqui no Sertão (de forma geral)?
2. Existe algum tipo de acompanhamento técnico para os pescadores artesanais aqui na sua região?
3. Quais são as instituições que tem acompanhado o trabalho da pesca artesanal?
4. Quais são as principais mudanças enfrentadas pela extensão pesqueira desde o governo Lula no Estado de Pernambuco?
5. Houve alguma mudança no Governo Dilma?
6. E depois do Impeachment?
7. O que você acredita que deve ser feito para melhorar o acompanhamento para a pesca artesanal no Sertão?
8. Como as colônias têm trabalhado a organização e o empoderamento dos pescadores artesanais?
9. Quais os principais problemas vivenciados pelos pescadores artesanais no Sertão?
10. Quais os projetos desenvolvidos aqui no sertão para os pescadores artesanais? Onde? Quantas comunidades participam?
11. Qual a importância do CPP para pesca artesanal?
12. Qual o papel do IPA junto as colônias de pesca?
13. Em sua opinião, qual é a importância do auto-monitoramento para os pescadores artesanais? O que mudou depois que vocês iniciaram esse processo?
14. Em sua opinião, o que você acha que deve ter para facilitar o seu trabalho como presidente de colônia?
15. Existe algum curso/capacitação para você ser presidente? Você acha que isso seria importante para o seu trabalho?
16. Você tem conhecimento de outros órgãos que trabalham com a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco?
17. Qual o papel que a universidade pode ter para ajudar no processo da extensão pesqueira?

Questionário – Representante do MPP do Sertão

1. O que é o MPP?
2. Como o MPP está organizado no Brasil? E no Sertão?
3. Existe alguma discussão sobre assistência técnica no MPP? Você acredita que seja necessário/importante? Por quê?
4. Qual a importância do MPP para a organização dos pescadores artesanais no Brasil?
5. Quais as principais dificuldades que as colônias de pesca têm enfrentado aqui no Sertão (de forma geral)?
6. Existe algum tipo de acompanhamento técnico para os pescadores artesanais aqui na sua região?
7. Quais são as instituições que tem acompanhado o trabalho da pesca artesanal?
8. Quais são as principais mudanças enfrentadas pela extensão pesqueira desde o governo Lula no Estado de Pernambuco?
9. Houve alguma mudança no Governo Dilma?
10. E depois do Impeachment?
11. O que você acredita que deve ser feito para melhorar o acompanhamento para a pesca artesanal no Sertão?
12. Como as colônias/MPP têm trabalhado a organização e o
13. empoderamento dos pescadores artesanais?
14. Quais os principais problemas vivenciados pelos pescadores artesanais no Sertão?
15. Quais os projetos desenvolvidos aqui no sertão para os pescadores artesanais? Onde? Quantas comunidades participam?
16. Qual a importância do CPP para pesca artesanal? 16. Qual o papel do IPA junto as colônias de pesca?
17. Em sua opinião, qual é a importância do auto-monitoramento para os pescadores artesanais? O que mudou depois que vocês iniciaram esse processo?
18. Você tem conhecimento de outros órgãos que trabalham com a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco?
19. Qual o papel que a universidade pode ter para ajudar no processo da extensão pesqueira?

Questionário – Gestor do CPP

1. Qual a história da CPP no Brasil e em especial em Pernambuco?
2. Qual a metodologia de intervenção que a CPP utiliza?
3. Qual a visão que a CPP tem sobre a extensão pesqueira em Pernambuco?
4. Quais são as instituições que realizam extensão pesqueira no estado de Pernambuco?
5. Quais são as instituições parceiras no estado de Pernambuco?

6. Quais as principais dificuldades que a extensão pesqueira tem enfrentado em Pernambuco?
7. Quais medidas podem ser adotadas para melhorar a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco? Existe diferença entre as demandas do litoral e do continente?
8. Quais são as principais mudanças enfrentadas pela extensão pesqueira desde o governo Lula no Estado de Pernambuco?
9. Houve alguma mudança no Governo Dilma?
10. E depois do Impeachment?
11. Quais são os projetos desenvolvidos hoje pelo CPP no Estado de Pernambuco para pesca artesanal? Quais as cidades e comunidades atendidas?
12. Existe algum critério de seleção para o atendimento das comunidades? 13. Qual o número de comunidades que cada agente trabalha? Essa quantidade dificulta o trabalho? Como?
14. Quantos agentes a CPP possuem no Estado de Pernambuco? Qual a formação acadêmica dos agentes?
15. Quais os principais problemas que os agentes enfrentam?
16. Existe alguma equipe técnica dentro da CPP que trabalhe com pontos mais técnicos relacionados a pesca?
17. Essa equipe é para o Estado de Pernambuco ou para todo o CPP no Brasil?
18. Quais medidas podem ser adotadas para melhorar a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco? E nos territórios do sertão?
19. Na sua opinião como desenvolver a extensão pesqueira no Estado (e no sertão) diante da PNATER?
20. Como vocês estão trabalhando a questão da autonomia e empoderamento das comunidades pesqueiras?
21. Quais outros órgãos trabalham a extensão pesqueira no Estado?
22. O CPP trabalha da mesma forma em todos os Estados em que atua? Quais estados atua? Porque? São projetos iguais ou cada Estado tem o seu? Isso é bom ou ruim na sua visão?
23. Qual o tempo que o CPP fica em determinada comunidade?
24. Qual é o momento que o CPP deixa de trabalhar em determinada comunidade?
25. Qual o papel do IPA neste processo?
26. Qual o papel que a universidade pode ter para ajudar no processo da extensão pesqueira?

Questionário – Agente CPP Sertão

1. Qual é a missão do CPP com os pescadores?
2. Qual a metodologia de intervenção que a CPP utiliza?
3. Qual a visão que a CPP tem sobre a extensão pesqueira em Pernambuco?
4. Quais as principais dificuldades que a extensão pesqueira tem enfrentado no sertão pernambucano?
5. Quais medidas podem ser adotadas para melhorar a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco? Existe diferença entre as demandas do litoral e do continente?
6. Quais são as principais mudanças enfrentadas pela extensão pesqueira desde o governo Lula no Estado de Pernambuco?
7. Houve alguma mudança no Governo Dilma?
8. E depois do Impeachment?
9. Existe alguma formação para os agentes trabalharem com as comunidades? Qual formação?
10. Existe algum critério de seleção para o atendimento das comunidades?
11. Quantos agentes trabalham no estado de Pernambuco? E no sertão pernambucano? Por que essa divisão?
12. Qual o numero de comunidade você trabalha? Essa quantidade dificulta o trabalho? Como? Existe alguma meta em relação a numero de pescadores e comunidades/colônias?
13. Com que freqüência você visita as comunidades? Essa visita é demanda das comunidades?
14. Qual o seu grau de escolaridade?
15. Quais são as dificuldades que você encontra para trabalhar com as comunidades?
16. Quais os problemas enfrentados pelas comunidades pesqueiras?
17. Quais medidas podem ser adotadas para melhorar a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco? E nos territórios do sertão?
18. Existe alguma equipe técnica dentro da CPP que trabalhe com pontos mais técnicos relacionados a pesca?
19. Na sua opinião como desenvolver a extensão pesqueira no estado (e no sertão)?
20. Como vocês estão trabalhando a questão da autonomia e empoderamento das comunidades pesqueiras?
21. Você tem conhecimento de outro órgão que trabalham com a extensão pesqueira no estado? Quais?
22. Qual o tempo que você fica em determinada comunidade?
23. Qual é o momento que a CPP deixa de trabalhar em determinada comunidade?
24. Existe alguma relação com o extensionista do IPA no sertão? O que o IPA poderia fazer para ajudar a pesca artesanal no sertão?
25. Qual o papel que a universidade pode ter para ajudar no processo da extensão pesqueira?

Questionário – Gestor IPA

1. De que forma o IPA vem trabalhando a extensão pesqueira (na pesca artesanal) no Estado de Pernambuco?
2. Qual perspectiva da extensão rural o IPA se apropria?
3. Quais as principais dificuldades que a extensão pesqueira tem enfrentado?
4. Quais são as principais mudanças enfrentadas pela extensão pesqueira desde o governo Lula no Estado de Pernambuco?
5. Houve alguma mudança no Governo Dilma?
6. E depois do Impeachment?
7. Quais são os projetos desenvolvidos hoje pelo IPA no Estado de Pernambuco para pesca artesanal? Quais as cidades e comunidades atendidas?
8. Existe algum critério de seleção para o atendimento das comunidades?
9. Quantos extensionistas do IPA existem hoje no Estado? Quantos voltados para a pesca artesanal?
10. Quantas comunidades cada extensionista trabalha?
11. Quais os principais problemas vivenciados pelo IPA no sertão?
12. Quais são as perspectivas de ações desenvolvidas pelo IPA diante da ATEPA atual?
13. Quais medidas podem ser adotadas para melhorar a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco? E nos territórios do sertão?
14. Na sua opinião como desenvolver a extensão pesqueira no Estado (e no sertão) diante da PNATER?
15. Com a Lei 15590, como se desenvolve a pesca artesanal no sertão de Pernambuco?
16. Em relação a dados estatísticos para a pesca artesanal, como o IPA trabalha essa questão? Qual a dificuldade?
17. Como vocês estão trabalhando a questão da autonomia e empoderamento das comunidades pesqueiras?
18. Quais outros órgãos trabalham a extensão pesqueira no Estado?
19. Como se desenvolvem as parcerias construídas pelo IPA junto a essas organizações?
20. Qual o papel da Pastoral dos Pescadores neste processo?
21. O que mudou na sua visão depois que você realizou doutorado em extensão rural?
22. Qual o papel que a universidade pode ter para ajudar no processo da extensão pesqueira?

Questionário – Extensionistas do IPA (Litoral e Sertão)

1. De que forma o IPA vem trabalhando a extensão pesqueira (na pesca artesanal) no Estado de Pernambuco?
2. Qual a metodologia de intervenção que o IPA utiliza?
3. Qual a visão que você tem sobre a extensão pesqueira em Pernambuco?
4. Quais as principais dificuldades que a extensão pesqueira tem enfrentado? E no sertão?
5. Quais medidas podem ser adotadas para melhorar a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco? Existe diferença entre as demandas do litoral e do continente?
6. Quais são as principais mudanças enfrentadas pela extensão pesqueira desde o governo Lula no Estado de Pernambuco?
7. Houve alguma mudança no Governo Dilma?
8. E depois do Impeachment?
9. Você tem conhecimento quais são os projetos desenvolvidos hoje pelo IPA no Estado de Pernambuco para pesca artesanal? Quais as cidades e comunidades atendidas?
10. Quantos extensionistas do IPA trabalham voltados para a pesca artesanal? Como mudar esse cenário (para pesca artesanal)? E no sertão? Por que essa divisão?
11. Em quantas comunidades você trabalha? Qual a região?
12. Existe algum critério de seleção para o atendimento das comunidades?
13. Quais os principais problemas vivenciados por você no trabalho com extensão pesqueira? No sertão você acredita que a dificuldade é a mesma?
14. Quais medidas podem ser adotadas para melhorar a extensão pesqueira no Estado de Pernambuco? E nos territórios do Sertão?
15. Quais são as perspectivas de ações desenvolvidas pelo IPA diante da ATEPA atual?
16. Em sua opinião como desenvolver a extensão pesqueira no Estado (e no sertão) diante da PNATER?
17. Como você está trabalhando a questão da autonomia e empoderamento das comunidades pesqueiras?
18. Você tem conhecimento dos outros órgãos que trabalham com a extensão pesqueira no Estado? Quais?
19. Como se desenvolvem as parcerias construídas pelo IPA junto a essas organizações?
20. Qual o papel da Pastoral dos Pescadores nesse processo? Existe alguma relação com os agentes de campo da CPP? E no sertão? O que a CPP poderia fazer para ajudar a pesca artesanal no Sertão?
21. Você sente falta de algum tipo de capacitação para trabalhar com a extensão pesqueira (voltado para pesca artesanal)? Se sim, qual tipo de capacitação?
22. Qual o papel que a universidade pode ter para ajudar no processo da extensão pesqueira?